



Decisão 04323/2022-9 - 2ª Câmara

Processo: 02163/2016-5

Classificação: Atos Sujeitos a Registro - Aposentadoria

UG: IPAJM - Instituto de Previdência Dos Servidores do Estado do Espírito Santo

Relator: Marco Antônio da Silva

Interessado: JOSE VIEIRA RODRIGUES JUNIOR

Responsável: JOSE ELIAS DO NASCIMENTO MARCAL

ATOS SUJEITOS A REGISTRO – APOSENTADORIA – REGISTRO – CIÊNCIA – ARQUIVAR.

O preenchimento dos requisitos legais e constitucionais, no que se refere ao ato concessório, aliado à correta fixação dos proventos, impõe o registro do ato em apreço, ante sua regularidade.

O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO SUBSTITUTO MARCO ANTONIO DA SILVA:

Versam os presentes autos acerca de **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL**, concedida ao servidor em epígrafe, a partir de **4/2/2015**, por meio da **Portaria 618/2016**, referente ao vínculo 53, bem como a partir de **13/6/2016**, por meio da **Portaria 979/2017**, referente ao vínculo 54, ambas, com supedâneo artigo 40, § 4º, inciso III, §§ 3º e 17, da Constituição Federal c/c a Súmula Vinculante 33, que se submete à apreciação desta Corte de Contas para fins de **REGISTRO**, na forma estatuída na Carta Magna, art. 71, inciso III, bem como no art. 1º, inciso VI, da Lei Complementar Estadual 621/2012.

Ressalte-se que os presentes autos vieram a este Tribunal de Contas na forma física e foram digitalizados/convertidos integralmente em processo eletrônico, conforme Termo de Conversão de Processo Físico em Eletrônico e Validação de Conversão de Processo Físico para Eletrônico, tendo sido devolvido à origem por meio de Protocolo.

A área técnica, através do NRP – Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal, nos termos da Instrução Técnica Conclusiva – ITC 04076/2022-2, opinou pelo **REGISTRO** dos atos.

O Ministério Público Especial de Contas, através do Procurador, Dr. Luis Henrique Anastácio da Silva, nos termos do Parecer 05350/2022-8, em consonância com o posicionamento da área técnica, pugnou no mesmo sentido.

Conforme regular distribuição vieram os autos a este Magistrado de Contas para emissão de relatório e voto para efeito de deliberação do Colegiado, na forma do art. 29 do Regimento Interno, Resolução TC 261/2013.

É o sucinto relatório.

VOTO

Tratam os presentes autos de aposentadoria, encaminhada a este Egrégio Tribunal de Contas para efeito de análise e posterior apreciação, em razão da documentação que lhe deu suporte.

1. DAS CONSIDERAÇÕES DE FATO E DE DIREITO:

O interessado aposenta-se no cargo de Médico III-13, do Quadro Permanente do Serviço Civil do Poder Executivo, contando com 31 anos, 11 meses e 17 dias, referente ao vínculo 53, e no cargo de Médico II-11, quanto ao vínculo 54, ambos, do Quadro Permanente do Serviço Civil do Poder Executivo, contando com 28 anos, 5 meses e 12 dias de serviço/contribuição, sendo os proventos fixados, respectivamente, nos valores de R\$ 4.522,25 (quatro mil, quinhentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos) e R\$ 9.711,61 (nove mil, setecentos e onze reais e sessenta e um centavos).

Da análise do feito, tenho que assiste razão à área técnica e ao Ministério Público Especial de Contas que opinaram pelo registro dos atos.

Afinal, a documentação constante dos autos, bem como o fundamento legal do ato concessório evidenciam a regularidade das aposentadorias em apreço.

2. DO DISPOSITIVO:

Ante o exposto, acompanhando o posicionamento da área técnica e do Ministério Público Especial de Contas, proponho **VOTO** no sentido de que o Colegiado aprove a seguinte minuta de **Decisão** que submeto à sua consideração.

MARCO ANTONIO DA SILVA

Relator

1. DECISÃO TC- 4323/2022-9

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **DECIDEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

1.1. REGISTRAR a **PORTARIA 618/2016**, a partir de **4/2/2015**, com proventos fixados no valor de **R\$ 4.522,25** (quatro mil, quinhentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos) e a **Portaria 979/2017**, a partir de **13/6/2016**, com proventos fixados no valor de **R\$ 9.711,61** (nove mil, setecentos e onze reais e sessenta e um centavos) que concederam aposentadoria ao Sr. **José Vieira Rodrigues Junior**;

1.2. DAR CIÊNCIA aos interessados e **ARQUIVAR** os presentes autos.

2. Unânime.

3. Data da sessão: 07/12/2022 - 49ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara.

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Sérgio Manoel Nader Borges (presidente) e Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha.

4.2. Conselheiro Substituto: Marco Antonio da Silva (relator/ em substituição).

5. Membro do Ministério Público de Contas: procurador de contas em substituição ao procurador-geral Luciano Vieira.

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

Presidente